

TJDF quer mudar e reestruturar a Justiça do DF

Desde a implantação de um centro de processamento de dados até a ampliação do número de varas judiciais, passando pela reestruturação do sistema judiciário nas cidades-satélites, são várias as modificações anunciadas no Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil pelo desembargador Heládio Toledo Monteiro, presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

O processo, que também propõe a ampliação do número de varas no Distrito Federal está na Casa Civil da Presidência da República, depois de sofrer diversas alterações. A proposta inicial, apresentada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal era de ampliação das atuais 37 varas para 57. O próprio Ministério da Justiça acrescentou ao projeto quatro novas varas.

A paralisação do projeto, quando já chegava à Casa Civil, para envio ao Congresso Nacional, foi pedida pelo próprio Tribunal de Justiça. Os motivos são o momento político do Congresso, que dificulta a sua aprovação, segundo avaliação do presidente do TJDF. O início de um recesso legislativo e o natural afastamento dos parlamentares para cuidarem de suas campanhas eleitorais, entende o desembargador Heládio Monteiro, acabariam por deixar o projeto numa situação de quase paralisação legislativa. Então, o presidente do TJDF aproveitou para reestudar o projeto, com vistas à ampliação da proposta para 80 varas. A base de cálculo para seu pedido é uma população estimada de 1,6 milhões de habitantes no Distrito Federal.

O desembargador Heládio Monteiro advertiu os conselheiros da OAB que, apesar de estar sendo feito um esforço para ampliar o número de varas, essa providência isolada não atende aos objetivos de dinamização do Poder Judiciário. Adiantou que, após a aprovação do projeto, não haverá condições de imediata nomeação do pessoal, com a subsequente implantação das varas, porque o Tribunal só tem condições de efetuar dois concursos por ano.

Além disso, o presidente do Tribunal alertou para o fato de que os concursos que são realizados no Distrito Federal para o provimento dos cargos de juiz não conseguem resultar na seleção de pessoal suficiente, por inexistir candidatos qualificados na quantidade suficiente.

Segundo esclarece, a situação específica do Distrito Federal determina um nível maior de exigência nos concursos, e em consequência, a aprovação de poucos candidatos. O desembargador explica que nos vários estados os juizes são nomeados para cidades pequenas, onde o volume de processos é reduzido, permitindo aos novos magistrados uma ação judiciária mais lenta. Com isso, sobra-lhes tempo para estudarem, de modo que, explica o presidente do Tribunal de Justiça, ao chegarem à capital, os juizes já têm o nível necessário para atenderem às exigências de suas funções.

No Distrito Federal, a primeira função do juiz já é uma função de capital, com toda a complexidade judiciário em que isso implica, e com o volume de trabalho característica de tais casos, demonstrou o desembargador Heládio Monteiro.

ASSESSOR

Uma das soluções anunciadas pelo presidente do Tribunal de Justiça aos membros do Conselho da OAB-DF foi a criação do cargo em comissão de assessor de juiz. Deverá ser um advogado, necessariamente inscrito na seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados, e que poderá ser utilizado pelo juiz para dar todos os despachos interlocutórios do processo.

O juiz participaria, então, do processo apenas em duas fases: a audiência e o despacho de sentença. O desembargador Heládio Toledo Monteiro acha que é essa uma das principais providências no sentido de tornar mais ágil a ação da justiça no Distrito Federal.

Com o mesmo objetivo, o presidente do TJDF informou aos conselheiros da Ordem dos Advogados que pretende criar um centro de processamento de dados a serviço da justiça brasiliense. O sistema já funciona no

Rio Grande do Sul, onde esteve o desembargador Heládio Monteiro para observá-lo.

Segundo afirmou, a providência é benéfica especialmente para os advogados, que "não precisarão mais mendigar informações nos cartórios sobre o andamento dos processos". As informações processuais, com sua implantação, seriam fornecidas pelo terminal de computador, em poucos segundos.

Por outro lado, o centro de processamento de dados servirá ao controle do processo judiciário, explicando que o corregedor disporá no seu terminal não só de todas as informações relevantes constantes dos processos, mas até da atividade que está sendo desenvolvida pelos diversos juizes.

Segundo informou, a grande dificuldade para a imediata implantação do serviço é o seu custo. No Rio Grande do Sul, o sistema teria custado cerca de 200 milhões de cruzeiros. No Distrito Federal, a pretensão é obter a cessão de um equipamento que esteja sendo desativado por algum órgão da administração pública, sem ônus para a Justiça, a exemplo do que é habitualmente conseguido por instituições universitárias.

ORÇAMENTO

O presidente do Tribunal de Justiça disse que espera que a proposta orçamentária do TJDF seja agora recebida pelos órgãos competentes com uma acolhida completamente diferente do que vem se verificando nos anos anteriores. Para isso, informou que tem tido seguidos contatos com as autoridades da área e já espera para a próxima terça-feira pela visita de técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que vão analisar as necessidades da Justiça do Distrito Federal.

Como resultado de sua ação junto aos órgãos do sistema financeiro e orçamentário, o desembargador Heládio Monteiro informou que já em julho poderá nomear 64 novos funcionários para a primeira instância, além de 41 até o final do ano, independente dos que poderão ser nomeados para a Secretaria do Tribunal.

Em termos de racionalização administrativa, o presidente do TJDF informou também que está promovendo o remanejamento de espaço no Tribunal, procurando aproximar seções que estão irracionalmente distanciadas, exigindo um esforço suplementar desnecessário aos advogados.

Ainda na ordem de suas prioridades administrativas, afirmou que está fazendo uma inversão no centro de atenções do Tribunal que, por muitos anos se concentrou principalmente no Departamento Administrativo, deslocando-a para a atividade-fim do Tribunal, que está concentrada no Departamento Judiciário.

SATÉLITES

Outra medida anunciada pelo presidente do Tribunal de Justiça foi o desmembramento da justiça em Ceilândia e em Taguatinga. Segundo esclareceu aos conselheiros da OAB-DF, a situação atual não serve à população de Ceilândia nem à de Taguatinga, pois o fórum fica numa situação intermediária relativamente inacessível aos habitantes das duas cidades. O desembargador informou que definiu como meta a construção de um novo fórum no centro de Taguatinga e outro no centro de Ceilândia.

Ele reconheceu que a providência e descentralização da ação judiciária, levando-a para as cidades-satélites é motivo de desagrado para alguns advogados, lembrando que o mesmo ocorreu com ele quando advogado em São Paulo viu a justiça ser descentralizada, com a criação e varas distritais. Mas, explicou que só na área criminal dois terços dos processos do Distrito Federal originam-se em Taguatinga e em Ceilândia, o que justifica a descentralização, como forma de proporcionar maior conforto à população.

Após sua preleção aos conselheiros da OAB-DF, o desembargador presidente do TJDF deteve-se no recolhimento e discussão de suas sugestões, acolhendo algumas imediatamente, dispondo-se a analisar outras posteriormente.